



## **PROPOSTAS PARA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO**

Flávia Monteiro de Barros Araujo

*Universidade Federal Fluminense / fmabaraujo@hotmail.com*

### **Resumo:**

No fim da década de 1990, a educação brasileira passou por intensas transformações tendo em vista à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394-96. Novos contornos legais e pedagógicos foram definidos, ocasionando alterações nos currículos e na organização da educação brasileira. Neste contexto, o ensino médio despontou como uma das preocupações centrais da nova política educacional. A ideia era implantar um “novo ensino médio”, em consonância com as mudanças operadas na esfera do conhecimento e nas relações de produção. Para tanto, seria preciso formar os professores do ensino médio, a fim de atender ao que se pretendia ser novo modelo de educação. Em decorrência do novo quadro legal, as esferas estaduais foram instadas a reorganizarem seus sistemas de ensino, buscando adequar os currículos do ensino médio. Neste estudo, recupera-se o programa de formação continuada desenvolvido na Rede Estadual do Rio de Janeiro, no âmbito da reforma do ensino médio empreendida no início da primeira década do atual século.

**Palavras-chave:** políticas educacionais; ensino médio; formação de professores.

### **INTRODUÇÃO**

No fim da década de 1990, a educação brasileira passou por intensas transformações tendo em vista à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394-96 (LDBEN). Novos contornos legais e pedagógicos foram definidos, ocasionando alterações nos currículos, na organização e na gestão das instituições de ensino dos diferentes níveis e modalidades da educação brasileira.

Neste contexto, o ensino médio despontou como uma das preocupações centrais da nova política educacional, delineada em consonância com as diretrizes dos organismos internacionais financeiros para a América Latina. O objetivo era adequar esse nível de ensino às mudanças, decorrentes da ruptura tecnológica, característica da chamada terceira revolução técnico-industrial (BRASIL,1999).

Em 1998 foram aprovadas as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio (Parecer CNE/CEB nº 15/1998) e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCN). As novas normas



legais, eram parte deste contexto marcado pela implantação de propostas que buscaram reconfigurar o ensino médio.

Em decorrência do novo quadro legal, as esferas estaduais foram instadas a reorganizarem seus sistemas de ensino, buscando adequar os currículos do ensino médio. A ideia era implantar um “novo ensino médio”, em consonância com as mudanças operadas na esfera do conhecimento e nas relações de produção.

Tendo em vista as novas diretrizes legais, o Ministério da Educação (MEC) formulou em 1998 uma proposta denominada Escola Jovem que tinha por objetivo como principais objetivos: ampliar o grau de cobertura do ensino médio, atendendo, em particular, aos jovens em idade escolar; reduzir os índices de reprovação e de abandono nessa etapa da escolaridade; garantir que os alunos adquiram as competências e habilidades necessárias ao exercício da cidadania e à participação no mundo do trabalho. (MEC, 2000).

Para viabilizar a referida proposta, o MEC buscou apoio financeiro junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Assim, em 2000, o MEC assinou um acordo financeiro<sup>1</sup> com o BID para desenvolvimento do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (PROMED) que previa a execução das seguintes metas:

Implementar a reforma curricular e estrutural, assegurando a formação continuada dos docentes e gestores das escolas do ensino médio; equipar, progressivamente, as escolas do ensino médio com bibliotecas, laboratórios de informática e ciências e equipamentos para a recepção da TV Escola; implementar estratégias alternativas de atendimento; criar 1,6 milhão de novas vagas; melhorar os processos de gestão dos sistemas educacionais dos Estados e do Distrito Federal.

A ideia era realizar uma grande reforma desta etapa da educação básica, realizando investimentos que contemplariam a modernização da infraestrutura das escolas, a abertura de novas vagas e, sobretudo, o campo curricular com a implantação de novas diretrizes, fundamentadas em concepções que valorizavam a preparação para o trabalho.

Esse programa, submetido ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para obtenção de financiamento, era subdividido em dois Subprogramas: o Subprograma de Projetos de Investimento das Unidades Federadas, que se destinava a financiar as atividades propostas nos Planos de Ensino Médio das Unidades Federadas; Subprograma de Políticas e Programas Nacionais, que tinha por

---

<sup>1</sup> Contrato de Empréstimo nº 1225, de 02/03/2000 assinado entre o Ministério da Educação (MEC) E O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).





objetivo apoiar o MEC na formulação, implementação, difusão, acompanhamento e avaliação das políticas de melhoria e expansão do ensino médio.

Para participar, os estados apresentaram um Plano de Investimentos (PI), onde foram previstas ações para racionalizar, expandir e melhorar a rede escolar; descentralizar e consolidar a autonomia da escola; desenvolver o currículo; valorizar os profissionais da Educação e oferecer formação inicial e continuada para os profissionais da Educação.

Segundo o BID, o objetivo geral do PROMED era promover a reforma e expansão do ensino médio, melhorando a qualidade das escolas e o grau de cobertura, conseguindo com isso maior equidade, a fim de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país. (BID, 2000).

Após um trâmite burocrático extenso, o PROMED foi assinado e desenvolvido em diversos estados brasileiros, entre eles, o Estado do Rio de Janeiro. No Plano de Investimentos formulado pela Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), era apresentado um planejamento contendo um diagnóstico acerca da situação do ensino médio na rede estadual, assim como políticas e estratégias para dar conta dos desafios apontados. Para alcançar os objetivos propostos, foram formuladas ações para a reorganização da rede, a formação continuada de professores e a aquisição de materiais e recursos didáticos.

Neste contexto, emerge a preocupação com a formação de professores do ensino médio, a fim de atender ao que se pretendia ser novo modelo de educação. Na retórica dominante, um *novo* docente seria o caminho para uma nova escola, era necessário, portanto, realizar investimentos no seu principal autor, o professor.

A formação de professores passou a ser enfatizada como um importante fator para a melhoria da qualidade da educação básica. Tendo em vista as fragilidades da preparação inicial de docentes, ganhou força os debates em torno da formação continuada, considerada como importante estratégia para implantação de reformas curriculares e para o desenvolvimento profissional dos professores.

O projeto de formação continuada foi um dos primeiros a ser implementado. Em sua primeira etapa, em 2005, ocorreu a realização de um curso para atualização de professores da área de ciências da natureza, matemática e suas tecnologias. Para participar do curso, foram selecionados 506 professores de Matemática, 249 de Biologia, 129 de Física e 116 de Química, perfazendo um total de 1000 professores oriundos de todas as Coordenadorias Regionais do estado. O curso de 120 horas, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) a partir do projeto delineado pela SEEDUC/RJ, era organizado com base nos seguintes princípios: flexibilidade curricular; inter-relação teoria-prática; inter-relação entre conteúdos de diferentes disciplinas



escolares de uma mesma área de conhecimento do Ensino Médio; inter-relação entre conteúdos disciplinares específicos e conteúdos pedagógicos. O formato escolhido possibilitava aos professores selecionar, dentre uma matriz de atividades, em horários alternativos, aquelas que melhor se adaptassem às suas necessidades e interesses e ao projeto político-pedagógico de sua escola. O cursista cumpria parte da carga horária em atividades comuns a todas as áreas, e o restante em disciplinas especificamente desenvolvidas para a produção do *suporte didático* que deveria ser aplicado em sala de aula.

O foco desta pesquisa dirige-se para o exame da formação continuada, tendo em vista o envolvimento de um elevado quantitativo de docentes e a visibilidade da ação no contexto do PROMED estadual.

Destaca-se que o conjunto de ações implementadas no PROMED contou com recursos do BID e com a sua assessoria técnica. Este organismo internacional atuou tanto no financiamento, como na elaboração de um conjunto de marcos para a elaboração das políticas do ensino médio. Esse contexto de reforma do ensino médio, marcado pela presença ativa de organismos internacionais, suscitou reflexões sobre os rumos das políticas públicas educacionais traçadas no Estado do Rio de Janeiro, motivando a realização desta investigação.

### **Metodologia**

A pesquisa de dimensão qualitativa e exploratória buscou rastrear documentos oficiais e a literatura sobre o tema. Para atingir os objetivos propostos foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: rastreamento de textos, de teses, de artigos em bibliotecas, de documentos oficiais e em sites oficiais do Ministério da Educação e, ainda, pesquisa de documentos oficiais da SEEDUC/RJ.

A análise da produção acadêmica sobre ensino médio sinalizou para presença de um grande debate acerca das concepções que devem orientar a organização desta etapa escolar. Observa-se que a literatura sobre o ensino médio é caracterizada por acirradas discussões e divergências acerca de sua identidade e de seus objetivos que, historicamente, oscilaram entre o fortalecimento do seu caráter propedêutico ou estudos profissionalizantes. Esta organização da escola secundária, caracterizada pela literatura pedagógica como dual, tem raízes nos processos de divisão do trabalho na sociedade capitalista e relaciona-se à separação entre o trabalho manual e intelectual. Esta polêmica, envolvendo as finalidades do ensino médio, tornou-se mais acirrada nos períodos de elaboração das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesses momentos, registraram-se acirradas





disputas entre forças políticas que defendiam projetos distintos de ensino médio. Isto ocorreu no contexto de formulação da Lei n 4024/61, quando da Lei n<sup>o</sup>. 5692/71 e, mais recentemente, quando da aprovação da Lei n<sup>o</sup>. 9394/96. Estas leis que reorientaram a educação, imprimindo reformas em âmbito nacional, ora dissociaram a educação geral da profissional, ora buscaram articulá-las, tentando apontar caminhos para superação da dualidade da escola secundária. No calor deste debate, destaca-se o potencial da concepção de educação politécnica que objetiva à formação integral do ser humano e que coloca o trabalho como princípio educativo, indo além, entretanto, de uma formação submetida ao mercado de trabalho.

Ressalta-se que no que tange a pesquisa documental foram identificados relatórios e propostas de trabalho sobre o referido programa que foram analisados no decorrer da investigação.

### **Resultados**

Na década de 1990, o Brasil viveu grandes transformações sociais e econômicas. Segundo Shiroma (2002), uma das prioridades do governo era assegurar o acesso e permanência na escola.<sup>[1]</sup> Durante a década de 90, a temática formação continuada dos professores foi objeto de intensos debates e preocupação por parte das autoridades governamentais, tendo em vista os investimentos realizados pelo Banco Mundial que objetivavam superar deficiências no sistema educacional, investindo no capital humano, preocupação e ênfase da política neoliberal.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação n<sup>o</sup> 9394/96, que tramitou no congresso nacional por quase uma década, destinou todo o capítulo VI aos profissionais da educação, estabelecendo II-aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com o licenciamento periódico remunerado para esse fim (artigo 67, inciso II LDB 1996). A lei determinava, ainda, que até o ano de 2007 todos os professores da educação básica deveriam possuir o ensino superior.

No que se refere ao Ensino Médio, as políticas educacionais brasileira seguiram as diretrizes de organismos internacionais, principalmente emanadas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial (BM), que financiaram diversos programas brasileiros.

Dentre os programas, destaca-se o PROMED, de âmbito nacional, criado pelo Ministério da Educação (MEC). Esse programa, resultado do acordo firmado entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com o objetivo de financiar a reforma do ensino médio, envolveu um convênio de 1(um) bilhão de dólares, divididos em duas etapas, de 2000 a 2002 de US\$500 milhões e de 2003 a 2005 de US\$500 milhões, para a implantação do PROMED. O objetivo era:

(...) apoiar a promoção da reforma e a expansão do ensino médio,



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

melhorando a qualidade do ensino e o grau de cobertura; (a) aumentar a cobertura do ensino médio, em particular a dos jovens em idade escolar; (b) reduzir o índice de repetência e evasão das escolas de ensino médio; (c) aumentar o grau de aprendizagem dos alunos. (BID, 1998)

O acordo visou proporcionar às unidades federadas recursos financeiros para a implantação da reforma, melhoria da qualidade e a eficiência do ensino médio, tendo em vista a expansão de sua cobertura e busca por equidade social (BRASIL, 2000). Para alcançar os objetivos estipulados, o PROMED foi estruturado em dois subprogramas, a saber: o subprograma de Projetos de Investimento das Unidades Federadas denominado de subprograma A- que destina a financiar as atividades propostas nos Planos de Ensino Médio das Unidades Federas e respectivos Projetos de Investimento, e o subprograma de Políticas e Programas Nacionais denominado de subprograma B- que teve por objetivo apoiar o Ministério da Educação e Cultura na formulação, implantação, difusão, acompanhamento e avaliação das políticas de melhoria e expansão do ensino médio.

A reforma do Ensino Médio vivenciado no governo FHC foi permeada por desafios a serem enfrentados pelas instituições de ensino. Dentre os desafios pode-se citar: a falta de infraestrutura, de conhecimentos específicos dos procedimentos do PROMED pelos estados e, o mais pertinente a nossa pesquisa, a formação continuada de professores conforme descrito no relatório do Ministério da Educação a seguir:

(...) ações que assegurem aos profissionais em exercício e aos futuros a necessária habilitação para o exercício de suas funções, além da execução de estratégias de formação continuada que impliquem o desenvolvimento profissional dos educadores, centrando-se essas estratégias nas escolas e nas equipes escolares e levando em conta suas demandas efetivas. (MEC, 2004)

Para suprir tal desafio, a Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC-MEC), buscou na vigência do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio, meios para a formação de professores e gestores, ou seja para formação continuada dos profissionais da educação que fossem congruentes com os princípios da reforma e com o novo perfil dos alunos, quer em relação à faixa etária, quer em relação à sua diversidade social e cultural (MEC, 2000).

Buscando atender o novo modelo de ensino médio, o MEC publicou no ano de 2000 o edital de convocação para o registro nacional das instituições de ensino superior que estariam aptas a ministrarem cursos com recursos provenientes do PROMED, no âmbito do Programa Nacional de Incentivo a Formação Continuada de Professores de Ensino Médio (PRO-IFEM), pois, segundo o Ministério da Educação, a formação continuada dos professores constituiria o principal foco. (MEC, 2005)





O PRO-IFEM teve por objetivo cadastrar instituições de ensino superior públicas e privadas para a realização de cursos de formação continuada dos professores em exercício nas redes estaduais de ensino. Sendo assim, em maio de 2006, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), elaborou um projeto para atender o edital de Registro de Instituições de Ensino. O projeto teve por objetivo a especialização e aperfeiçoamento para professores nas áreas de Ciências e Matemática, de Ciências Humanas e de Letras e Artes, com a carga horária prevista de 120 horas. (UFRJ, 2006, p. 6).

Outras instituições educacionais espalhadas pelo território nacional, também encaminharam seus projetos para a avaliação da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, dentre elas: UFAL – Universidade Federal do Alagoas, FUNECE - Fundação Universidade Estadual do Ceara, UNIC – Universidade de Cuiabá; INSTITUIÇÃO: CEDERJ – Centro de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro, INSTITUIÇÃO: UFF – Universidade Federal Fluminense, etc

No total cerca 73 instituições tiveram seus projetos aprovadas pela SEMETEC, no entanto, apenas três, e no máximo seis instituições, seriam convocadas pelas secretarias estaduais de educação de seus municípios para ministrarem os cursos conforme esclarece o documento no MEC a seguir

Na terceira etapa, as Secretarias Estaduais de Educação deveriam convidar as Instituições habilitadas, em lista curta (mínimo de três e máximo de seis instituições), para escolher aquela a ser contratada. (MEC, 2005, p. 01) No Estado do Rio de Janeiro, a UFRJ foi a instituição habilitada para oferecer a formação dos professores do ensino médio. O Curso de atualização para professores de Ensino Médio na Área de Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias foi previsto para o ano de 2004, mas não pode ser concretizado. Após cumpridas todas as exigências legais, a realização do referido curso, ministrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ foi efetuada em 2015. O objetivo era atualizar 1.000 (mil) professores efetivos do quadro da SEE/RJ, abrangendo as 11 Coordenadorias Regionais Metropolitanas. Puderam se inscrever professores de Biologia, Física, Matemática e Química em exercício no Ensino Médio. Do total de professores, 918 fizeram suas inscrições via internet, cerca de 250 pelos correios e apenas 5 por correspondência eletrônica. Destes: 506 eram professores de Matemática, 249 de Biologia, 129 de Física e 116 de Química, perfazendo um total de 1000 profissionais com inscrições aceitas (UFRJ, 2005).

### **Da reforma do ensino médio no estado do Rio de Janeiro**



A rede de educação do Estado do RJ, contava no ano de 1998 com 1.552 estabelecimentos, destes 650 unidades pertenciam a Rede Estadual de Ensino, todas vinculadas as Coordenadorias Regionais.

No que concerne aos professores da rede Estadual de ensino, dados do SAEB sobre o Estado do Rio de Janeiro (MEC/INEP/SAEB/1998), indicam que 87,3% dos professores da rede possuíam curso superior, sendo que no mínimo 54,6% dos docentes possuíam licenciatura.

A partir de 1999 foi iniciado o processo de implantação da reforma do ensino médio na rede estadual. Naquele ano, representantes da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ) participaram do Encontro Nacional sobre o Ensino Médio, em Brasília, onde foi debatida a necessidade de implementar a reforma nos diferentes estados. A partir desta reunião, a equipe da SEEDUC/RJ começou a delinear um planejamento estadual para reestruturação do ensino médio na Rede Pública.

Uma das primeiras ações propostas envolveu a reformulação do currículo, com a criação do Conselho Técnico para a Reforma do Ensino Médio<sup>2</sup>, composto por técnicos da Secretaria de Estado de Educação responsáveis pela implementação da política educacional, representantes do Fórum de Ensino Médio (RJ), do Conselho Estadual de Educação, diretores de Colégios Estaduais e consultores contratados pela SEE/RJ (CEE, 1999).

Este Conselho Técnico para a reforma do ensino médio foi considerado, naquele momento, como veículo irradiador da política educacional vigente na Secretaria de Estado de Educação (CEE, 1999). O grupo organizou diversas reuniões, que contaram com a participação de professores da Rede, onde foram debatidos os seguintes temas: conceitos básicos da reforma do ensino médio; matriz curricular para o ensino médio; a prática docente na última etapa da educação básica; avaliação e formação continuada no ensino médio (CEE, 1999).

Como resultado de dois meses de trabalho, foi elaborado um documento denominado de *Proposta Transitória para a Reforma do Ensino Médio do Estado do Rio de Janeiro*. Esta proposta, apresentada ao Conselho Estadual por um grupo de relatores e aprovada pelo Parecer CEE nº 428/99 (N), constitui um marco inaugural na adequação do ensino médio estadual às novas diretrizes legais aprovadas em nível federal. No documento foi apresentada uma Matriz Curricular para o Ensino Médio dos Turnos Diurno e Noturno que, de acordo com as diretrizes federais, previa a oferta de uma Base Nacional Comum, com um mínimo de 75% da carga horária, dividida nas três áreas de conhecimento: Linguagens, Códigos e suas tecnologias (30%); Ciências da Natureza,

---

<sup>2</sup>O Conselho Técnico para Reforma do Ensino Médio foi instituído pela Resolução SEE nº 2.250, de 30/09/1999.





Matemática e suas tecnologias (30%) e Ciências Humanas e suas tecnologias (20%). A parte Diversificada, com um mínimo de 25% da carga horária, era dividida em duas partes: Língua Estrangeira e tempos para ênfase definida no Projeto Político Pedagógico da escola. A proposta era desenvolver um currículo contextualizado e interdisciplinar construído em consonância com o projeto pedagógico das escolas. O documento destacava ainda a importância da progressiva autonomia pedagógica das escolas, com a flexibilização progressiva dos currículos que, num prazo não muito distante, deveriam ser formulados pelas escolas.

Ao mesmo tempo em que, em 1999, o Conselho Técnico efetuava discussões acerca de uma nova matriz curricular para a Rede, a SEEDUC/RJ assinava um contrato com a UNESCO de assistência técnica para elaboração do Plano Estadual do Ensino Médio (PEM), contemplando a realização de um estudo sobre a situação do Ensino Médio do Estado, suas principais deficiências e carências, bem como propor ações para a revisão dos parâmetros de organização desta etapa de escolaridade.

Como resultado deste convênio, foi elaborado um projeto contendo atividades a serem implementadas com recursos de um financiamento do Ministério da Educação junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, para ser executado no ano de 2000. Este documento deu origem ao Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio – PROMED – que, no Estado do Rio, só foi assinado em 2004 e executado a partir de 2005, finalizando-se em 2007.

Para participar o estado do Rio comprometeu-se, entre outros, a apresentar planos: de reordenamento da rede, contemplando a escola de ensino médio como uma “escola para jovens”; de ação para correção do fluxo escolar no ensino fundamental, além de dispor de uma unidade gerenciadora específica. Foram previstas diversas ações voltadas para: desenvolvimento do currículo e de projetos juvenis; racionalização e expansão da rede escolar; valorização dos profissionais da educação; descentralização e autonomia da escola; redes alternativas de atendimento; fortalecimento institucional dos sistemas de educação, além de plano de disseminação da reforma.

Desta forma, a Secretaria Estadual de Educação RJ (SEE/RJ), formulou e apresentou o Plano de Investimentos do Ensino Médio que previa:

[...] investimentos em diferentes áreas, como o aparelhamento dos prédios escolares, o fortalecimento institucional, a formação permanente dos profissionais de educação, o aperfeiçoamento dos processos avaliativos praticados pelas Unidades escolares, a elaboração de proposta curricular sintonizada com a realidade do Estado do Rio de Janeiro, a implantação e



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

implementação de projetos que promovam o protagonismo juvenil.” (SEE/RJ, 2002).

Percebe-se que o Ensino Médio naquele momento estava sendo visto como algo que merecia atenção, já que este nível de “ensino carecia de medidas decisivas e importantes” (SEEDUC/RJ). Dentro do Plano de Investimentos para o Ensino Médio, o governo estadual propôs 7 (sete) eixos norteadores, dentre eles cita-se o que o mais pertinente a pesquisa: **a promoção da formação inicial e continuada do pessoal docente e técnico-administrativo que atua no Ensino Médio**, já que esta seria a forma fundamental para a efetiva e competente reforma no ensino médio.

Visando atender “a formação permanente dos profissionais de educação”, a SEEDUC/RJ realizou convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, instituição esta habilitada em edital para promover cursos de formação de professores da rede nas áreas de Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias com financiamento do PROMED . Os cursos tinham por objetivos principais:

[...] a preparação de material didático a ser utilizado pelas escolas com implementação da reorientação curricular. Propiciar o uso e a familiarização com as tecnologias educacionais, oferecer subsídios teórico-metodológicos para os professores e construir proposta interdisciplinares de trabalho são também finalidades do curso, que tem como público alvo professores de Matemática, Física, Química e Biologia. (UFRJ, 2005)

Os cursos teriam uma carga horária prevista de 40 horas presencias, destinadas aos professores do Ensino Médio das disciplinas de Matemática, Física, Química e Biologia. A divulgação foi feita por meio de cartazes nas unidades escolares, nas 11(onze) Coordenadorias Metropolitanas do estado e via e-mail dos professores da SEEDUC/RJ. As inscrições foram realizadas no período de 06/06/2005 a 09/07/2005. Segundo relatório da UFRJ a seleção dos professores para a realização do curso de formação continuada obedeceu aos critérios estabelecidos pela SEE/RJ, que foram:

1º- professores lotados em escolas exclusivas de Ensino Médio, isto é, aquelas que oferecem apenas este nível de ensino nos três turnos; 2º- professores concursados para as disciplinas: Matemática, Física, Química e Biologia; lotados nas Unidades Escolares que apresentam maior número de alunos de Ensino Médio.3º- professores com habilitação na área de Ciências da Natureza e Matemática, lotados nas Unidades Escolares que apresentam maior número de alunos de Ensino Médio.

De acordo com o documento elaborado pela UFRJ foram realizadas 1.000 mil inscrições de docentes distribuídos nas seguintes disciplinas:





# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Nº de professores	Disciplina
506	Matemática
249	Biologia
129	Física
116	Química

Fonte: Relatório UFRJ 2005.

Segundo relatório da UFRJ o curso foi estruturado com base nos princípios de:

[...] Flexibilidade curricular; inter-relação teoria-prática; inter-relação entre conteúdos de diferentes disciplinas escolares de uma mesma área de conhecimento do Ensino Médio; interrelação entre conteúdos disciplinares específicos e conteúdos pedagógicos. (PROMED / SEE/UFRJ, 2005).

Em agosto de 2005, a UFRJ elaborou um relatório do Curso de Formação Continuada que tinha por intuito abordar as atividades que já haviam sido realizadas. Segundo a UFRJ, 2005 “[...] idéia foi contribuir para a formação de visões críticas sobre as políticas educacionais, bem como subsidiar uma melhor compreensão cultural e sócio-histórica das diversas práticas pedagógicas”. (UFRJ, 2005).

### **Considerações finais**

Com o objetivo de oferecer formação permanente aos profissionais de educação que lecionavam no ensino médio, a SEEDUC/RJ realizou convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, instituição habilitada em edital do Ministério da Educação para promover cursos de formação de professores das áreas de Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias com financiamento do PROMED.

Cerca de 1000 professores participaram da formação, entre estes, 506 professores de Matemática, 249 professores de Biologia, 129 professores de Física e 116 professores de Química, perfazendo um total de 1000 profissionais com inscrições aceitas, oriundos de diferentes municípios do estado. Destaca-se a intensa participação dos professores cursistas e da UFRJ, como evidencia o relatório final do projeto. O exame dos documentos que orientaram o curso evidenciou a preocupação com a formação do professor pesquisador e a implementação de estratégias que possibilitassem a reflexão sobre a prática.

### **Referências Bibliográficas**

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)



BANCO MUNDIAL. **Prioridades y estrategias para la educación: examen del Banco Mundial.** Washington, 1996. Disponível em: <http://www.bancomundial.org.mx>. Acesso em julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **Más allá del consenso de Washington : la hora de la reforma institucional.** Estudios del Banco Mundial sobre América Latina y el Caribe. Puntos de Vista. México: Banco Mundial, 1998. Disponível em: <http://www.bancomundial.org.mx>. Acesso em julho de 20014.

BRASIL. Contrato de Empréstimo nº 1052/OC-BR. Brasília/DF: Ministério da Educação Média e Tecnológica, 1997.

BRASIL / MEC/ CNE. **Parecer CP 15/1998.** Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. 1998.

BRASIL. Homologação do Registro Nacional de Instituições de Ensino Superior aptas a ministrarem cursos no âmbito do Programa Nacional de Incentivo à Formação Continuada de Professores- PROIFEM. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, v?, n.138, p.24, 20 jul. 2014. Seção 3.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio: Projeto de Investimento** (documento de circulação interna).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Relatório parcial. **Formação Continuada de Docentes do Ensino Médio nas Áreas de Ciências Da Natureza, Matemática e suas Tecnologias Programa de Melhoria e Expansão De Ensino Médio.** Promed. Rio de Janeiro, 2005. 19p.

\_\_\_\_\_. **Relatório final Formação Continuada de Docentes do Ensino Médio nas Áreas de Ciências da Natureza, Matemática E Suas Tecnologias Programa de Melhoria e Expansão de Ensino Médio** – Promed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005,183p.